

## **Resumo das ações de combate à mancha de óleo no Ceará**

Considerando o desastre ambiental ocasionado pelo derramamento de óleo que acomete o litoral da região Nordeste do país, desde o final de agosto, e no Estado do Ceará, detectado na segunda semana do mês de setembro, o Governo Estadual, por determinação do governador Camilo Santana, que vem acompanhando os trabalhos juntamente com o titular da Casa Civil, Élcio Batista, estabeleceu uma atuação coordenada com diversos órgãos da estrutura estadual, tais como: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), Superintendência do Meio Ambiente (Semace), Secretaria de Turismo (Setur), Secretaria de Saúde, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, DETRAN, Defesa Civil, Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial (Nutec), Fundação Cearense de Meteorologia (Funceme), Companhia de Água e Esgoto (Cagece), Superintendência de Obras Públicas (SOP) e Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), além de órgãos federais, prefeituras municipais, ONGs e empresas privadas.

### **Formação do GT**

Dia 25 de setembro, no gabinete do titular da SEMA, Artur Bruno, ocorreu a primeira reunião com representantes de órgãos e instituições, federais, estaduais e municipais, da universidade e de ONGs, com o objetivo de formar um Grupo de Trabalho (GT) para tomar providências no que concerne ao monitoramento, limpeza e mitigação dos impactos, cabíveis no primeiro momento. A Coordenação é partilhada por SEMA, Semace, Ibama e Marinha.

### **Áreas atingidas no Estado**

O Ceará foi dos estados menos atingidos do Nordeste. Possui 573km de litoral, divididos em 20 municípios. Desde a formação do GT até a presente data, o número de localidades atingidas por óleo, no estado do Ceará, chega a um total de 25 praias, distribuídas em 14 municípios: em Aracati, as praias de Majorlândia, Quixaba, Cumbe e Canoa Quebrada; em São Gonçalo do Amarante, as praias de Barra do Cauípe e Taíba; em Caucaia, a Praia de Cumbuco; em Icapuí as praias das Quitérias e a das Barreiras; em Paracuru, a Praia de Paracuru; em Barroquinha, as praias de Bitupitá e da Lama; em Fortaleza as praias do Futuro e Sabiaguaba; em Aquiraz a e Praia do Diogo; em Fortim, Pontal de Maceió, em Jijoca de Jericoacoara, a Praia Malhada; Cascavel, as praias da Caponga e Barra Nova; em Paraipaba a Praia da Lagoinha e em Trairi, a do Mundaú. Os números são do Ibama, datados de 10/11/2019.

Foram atingidas 28 colônias de pescadores, o que causa imensa preocupação, posto que o desastre, além de comprometer os ecossistemas da região, já interfere na sobrevivência das populações tradicionais, a exemplo dos pescadores e marisqueiras que estão com dificuldades de comercializar seus pescados, diante da insegurança dos compradores quanto à qualidade dos mesmos.

### **Impactos no Turismo**

A preocupação com a indústria do turismo se intensifica por estarmos iniciando um período de alta estação, e que já sinaliza declínio, considerando os indicadores de anos anteriores. O setor é representativo na economia da região. A expectativa para o período de alta estação (dezembro de 2018 a fevereiro de 2019), conforme expectativa da Secretaria do Turismo do Estado (Setur) é receber 1.158.973 turistas.

### **Ações de prevenção, monitoramento e limpeza**

- Verificação da ocorrência e dispersão de manchas que possam configurar a presença do petróleo cru por meio de levantamento aéreo, marítimo e terrestre é realizada desde o mês de setembro, quando começaram a ser observadas as primeiras manchas nas praias do Ceará. O levantamento aéreo é realizado mediante sobrevoos diários, com técnicos dos órgãos ambientais e da Marinha do Brasil. A verificação por terra conta com a participação mais efetiva dos municípios com apoio da Marinha e dos órgãos ambientais estaduais e federais. No mar, barcos da Marinha, Labomar e Sindifrios fazem monitoramento.
- Instalação de Barreiras de Contenção formadas na superfície por boias que sustentam malhas de até quatro metros de profundidade, estendidas por meio de correntes, com a finalidade de reter os fragmentos de petróleo cru que porventura sejam transportados na coluna d'água. Este equipamento foi instalado na foz do rio Jaguaribe, no Ceará, por se tratar de um dos pontos suscetíveis ao aparecimento dos fragmentos considerando estudo de correntes marítimas e ainda visando a proteção das áreas de manguezais e a segurança hídrica.
- O procedimento para recolhimento dos fragmentos do petróleo encontrados nas águas marítimas e na faixa praial conta com apoio da Marinha, das instituições públicas estaduais e municipais e também do IBAMA. No mar, a retirada se dá por meio de bigbags, que foram doados por empresas privadas e/ou adquiridas pelo próprio Estado. No continente, as ações são realizadas também por voluntários que fazem o recolhimento com auxílio de EPIs adquiridos por entes privados e públicos. Os fragmentos de petróleo coletados são pesados e, no Ceará, encaminhado para coprocessamento na cimenteira Apodi, em Quixeré. Cerca de 22 toneladas de óleo cru e resíduos contaminados foram coletados até a presente data (11/11).

### **Impactos na água, solo e saúde humana**

Considerando que a saúde e o bem-estar humano podem ser afetados, para assegurar a balneabilidade e as demais condições necessárias à recreação de contato primário com a água no litoral cearense, a SEMA coordena um grupo de trabalho com especialistas na área de microbiologia, fisioquímica e gerenciamento costeiro e juntos realizam estudos e instrumentos para avaliar a evolução da qualidade das águas. Já foi redigida a minuta de uma Resolução para definir critérios e parâmetros para a gestão da qualidade da água e do solo partindo da análise fisioquímico, para apresentar ao Conselho estadual do Meio Ambiente (Coema).

A Secretaria da Saúde do Ceará (Sesa) informa que, até esta terça-feira, 12, há três casos notificados por intoxicação decorrente do contato com o óleo. Um confirmado em Fortim e outros dois sob investigação, ocorridos em Aracati. Os pacientes estão bem e sendo monitorados pela vigilância epidemiológica de Aracati.

A Sesa tem realizado monitoramento diário para identificação de casos junto às Coordenadorias Regionais de Saúde e unidades de saúde próximas às áreas afetadas pelo óleo. Além do monitoramento, há reuniões semanais com os Centros de Operações de Emergências em Saúde (COE) do Ceará e do Ministério da Saúde e participação no grupo técnico de avaliação sobre os impactos do derramamento do óleo, da Secretaria do Meio Ambiente do Ceará.